

SUMÁRIO

PARTE I

1	INTRODUÇÃO	21
	Pedro, Ana e Janine	21
	Desculpe, não entendi!	23
	Dr. Rubem, Mauro e Jussara	23
	88% das pessoas provavelmente não te entende.	25
2	O QUE É (E O QUE NÃO É) LINGUAGEM SIMPLES	29
2.1.	O QUE É	29
	O que o Manual de Redação da Presidência da República diz sobre a Linguagem Simples?	30
2.2.	O QUE NÃO É	32
2.3.	OS ARGUMENTOS CONTRA A LINGUAGEM SIMPLES — E POR QUE ELES NÃO SE SUSTENTAM	34
	A ideia é boa, mas não se aplica no Judiciário.	34
	A complexidade da linguagem é necessária	37
	A Linguagem Simples empobrece o texto	39
	A formalidade tradicional é necessária para mostrar seriedade	40
	Minha linguagem já é clara	41
	Não será aceito pela chefia ou instâncias superiores	43
	Serve só para público de baixa escolaridade	44
	O povo é que tem que buscar conhecimento	45
	Explicar é função do advogado ou da assessoria de imprensa	46
	Não tenho tempo para escrever em Linguagem Simples.	47
1.4.	DISTINÇÃO DE LINGUAGEM SIMPLES E LEITURA FÁCIL	48
1.5.	LINGUAGEM SIMPLES E VISUAL LAW (DIREITO VISUAL)	49
	Pontos de encontro: onde Visual Law e Linguagem Simples se cruzam	50
	Quando e por que usar elementos visuais	51
	Erros comuns ao aplicar Visual Law	52
	Visual Law e pessoas neurodivergentes	53
	Alinhamento do texto	54
	Conclusão: equilíbrio e bom senso é tudo	55

3	O QUE É O JURIDQUÊS – E POR QUE PRECISAMOS ABANDONÁ-LO	57
3.1.	APRENDER A DESAPRENDER	59
3.2.	ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: O DIREITO PARADO NO TEMPO	61
3.3.	JURIDQUÊS SE APRENDE. REDAÇÃO JURÍDICA, QUASE NUNCA. .	63
3.4.	COMO OUTRAS ÁREAS ESCREVEM.	66
4	POR QUE PRECISAMOS DA LINGUAGEM SIMPLES?	71
4.1.	MALDIÇÃO DO CONHECIMENTO	71
4.2.	SETE MOTIVOS POR QUE OS ADVOGADOS DEVEM USAR A LINGUAGEM SIMPLES	72
	1º motivo: o cliente quer solução, não uma peça processual completa.	73
	2º motivo: o cliente precisa entender os fatos — afinal, os fatos são dele.	74
	3º motivo: petições curtas erram menos — e cansam menos também. 74	
	4º motivo: petições claras chamam mais atenção, inclusive do Judiciário.	75
	5º motivo: juízes preferem textos objetivos (e dizem isso com todas as letras).	76
	6º motivo: a Linguagem Simples beneficia até quem tem pós-graduação	79
	7º motivo: a Linguagem Simples é sua melhor aliada nas redes sociais e na construção de autoridade.....	79
	8º motivo: a Inteligência Artificial também não gosta de textos prolixos	81
4.3.	POR QUE ELA DEVE SER APLICADA PELO PODER JUDICIÁRIO	82
	Rogério e Laurinha	82
	O caso do empresário Schincariol.	84
	A justiça precisa falar com quem importa	85
4.4.	LINGUAGEM SIMPLES ECONOMIZA TEMPO E DINHEIRO: E HÁ ESTUDOS QUE MOSTRAM ISSO	86
	O que aprendemos com esses estudos?	89
4.5.	CASOS DE SUCESSO NA JUSTIÇA BRASILEIRA	89
	O impacto da linguagem simples no Tribunal de Justiça do Ceará . . .	89
	Redução de execuções fiscais e maior arrecadação em Santa Catarina	90
5	APRENDENDO COM OUTRAS ÁREAS	91
5.1.	O QUE O JORNALISMO PODE NOS ENSINAR?	91
	O lead e a pirâmide invertida	91
	Intertítulos	93

Empatia	94
5.2. O QUE A LITERATURA PODE NOS ENSINAR?	94
5.3. QUANDO A FALA ENSINA A ESCREVER	95
6 UMA BREVE HISTÓRIA DA LINGUAGEM SIMPLES	97
6.1. A LINGUAGEM SIMPLES NO MUNDO	100
6.2. A LINGUAGEM SIMPLES NO BRASIL	101
6.3. LINGUAGEM SIMPLES NO TJRS	103
7 A LINGUAGEM SIMPLES NAS LEIS	107
7.1. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	108
7.2. MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	108
7.3. A NORMA GAÚCHA QUE MANDOU ESCREVER COM CLAREZA.	109
7.4. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	110
7.5. RESOLUÇÃO Nº 215/2015 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	110
7.6. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	111
7.7. DECRETO DA DESBUROCRATIZAÇÃO	112
7.8. LEI NACIONAL DE DEFESA DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLI- COS	113
7.9. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	113
7.10. SÃO PAULO SAIU NA FRENTE	114
7.11. LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO	115
7.12. DECRETO Nº 12.002/2024	115
7.13. LEI DA LINGUAGEM SIMPLES	116
7.14. O MOVIMENTO DO CNJ PELA LINGUAGEM SIMPLES	120
Selo é bom, mas clareza mesmo é melhor	121
7.15. ABNT ENTRA EM CENA: A CLAREZA VIROU REGRA OFICIAL	122
Entre a bússola e o mapa: os limites da norma.	123
8 PRINCÍPIOS DA LINGUAGEM SIMPLES	125
8.1. CLAREZA	126
8.2. CONCISÃO	128
8.3. COESÃO	132
8.4. PRECISÃO	134

9 ORIENTAÇÕES PARA APLICAR A LINGUAGEM SIMPLES. 137

9.1.	PRIMEIRO ASPECTO: ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E HIERARQUIA DA INFORMAÇÃO	137
	Faça seções curtas ou subdivida as longas, criando títulos e subtítulos.....	137
	Crie subtítulos que informam, não apenas anunciam	139
	Use títulos para criar modelos e facilitar a revisão	140
	Use marcadores de tópicos ou listas numeradas	141
	Use grifos com cautela	142
	Negrito	143
	Ítálico	143
	Sublinhado	143
	Letras em caixa alta	144
	Conclusões sobre o uso de grifos	145
	Agrupe ideias semelhantes para ter uma escrita fluída	145
	Organize o texto com hierarquia da informação	146
	Cada texto pede uma estratégia	148
	Exposição dos fatos	148
	Argumentação jurídica	148
	Pedidos simples	149
	Pedidos complexos	150
	Mandados judiciais	150
	Ofícios	151
	Certidões	152
	Informações ao público	154
	Orientações administrativas	154
	Contratos	155
9.2.	SEGUNDO ASPECTO: FRASES E PARÁGRAFOS	156
	Faça parágrafos curtos	156
	Escreva frases curtas e sem muitas intercalações	157
	Ordem direta, voz ativa e a afirmativa	159
	Use a ordem direta	160
	Dicas práticas	162
	Voz ativa	163
	Dicas práticas	166
	Use a afirmativa	167
9.3.	TERCEIRO ASPECTO: PALAVRAS	168
	Elimine palavras e expressões desnecessárias	168
	Expressões inúteis em documentos produzidos pela Justiça	170
	Outras expressões inúteis	176
	Expressões vagas ou de reforço desnecessário	181
	Fórmulas introdutórias que apenas enchem espaço	185
	Termos excessivamente formais ou jargões jurídicos	187

Expressões que podem ser mais concisas	189
Elimine os termos bajulatórios	193
Use palavras conhecidas	195
Lista de termos e expressões que você deve evitar	197
Não sei identificar se a palavra é pouco conhecida. O que fazer?	201
Cuidado com o uso de sinônimos	202
Latim na redação jurídica	203
Termos em latim que você não deve usar	204
Termos em latim que se mantêm	207
Expressões latinas consagradas, mas substituíveis	208
Outros estrangeirismos	209
Siglas	211
Termos técnicos.	212
Use os termos como estão na lei.	215
“Feito”, “autos” ou “processo”?	218
Substitua termos abstratos por verbos.	219
Cuidados ao substituir	220
Dicas práticas para revisar o uso de termos abstratos.	221
Como escrever números, valores monetários e datas	222
Números.	222
Valores monetários	226
Datas.	226
9.4. ESTRATÉGIA PARA APLICAR LINGUAGEM SIMPLES COM EFICIÊNCIA	227
9.5. NÃO SIGA SEMPRE AS ORIENTAÇÕES	228
10 REVISÃO E TESTAGEM DOS TEXTOS	231
10.1. REVISAR, REVISAR, REVISAR	231
10.2. REVISE SEUS MODELOS	232
10.3. MODELOS RUINS TAMBÉM SE ESPALHAM: CUIDADO COM O QUE VOCÊ COPIA.	233
10.4. TESTAGEM	234
11 FERRAMENTAS PARA AJUDAR A REDAÇÃO	237
11.1. DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS	237
11.2. CORPUS DO PORTUGUÊS	238
11.3. ANÁLISE TEXTUAL COM O SITE LEGIBILIDADE.COM	239
11.4. LANGUAGE TOOL	241
11.5. O QUE É O ÍNDICE DE FLESCHE E COMO ELE PODE AJUDAR NA CLAREZA DOS TEXTOS	242

12 APLICAÇÃO PRÁTICA..... 245

12.1. PETIÇÃO INICIAL	245
A seção dos fatos.	246
Cuidado com o título da seção	246
Comece com um bom resumo: o mini lead jurídico	247
Use o roteiro clássico: as sete perguntas de Quintiliano	247
Conte o que aconteceu, e só.	248
A linha do tempo é sua aliada	248
Mostre as provas desde o início.	249
Corte o que não importa: foco nos fatos relevantes	249
Enfrente os fatos desfavoráveis com maturidade	250
A seção do direito	251
A seção dos pedidos	252
Uma reflexão sobre a estrutura tradicional da petição inicial	254
12.2. CONTESTAÇÃO	255
12.3. DESPACHOS JUDICIAIS	257
Divisão em tópicos.	258
Uso de marcadores ou listas numeradas.	258
Despachos genéricos	259
Cite-se como requer	261
Despachos telegráficos.	262
Indicação de referências.	263
Uso de siglas	263
Lembre que nem sempre a parte tem advogado.	263
12.4. SENTENÇAS	264
Sentenças que se fazem entender	265
A estrutura da sentença	268
O relatório (art. 489, inc. I, do CPC)	269
Trata-se de... ..	270
Precisamos do relatório?	271
A fundamentação (art. 489, inc. II, do CPC)	272
Organização da fundamentação	272
Início da fundamentação.	274
Redação da fundamentação.	276
O dispositivo (art. 489, inc. III, do CPC)	276
Por tais motivos... ..	277
Organização e estrutura do dispositivo	278
12.5. TERMOS DE AUDIÊNCIA E ATAS DE REUNIÃO	279
12.6. ÁREA ADMINISTRATIVA	281
Comunicação interna com empatia e estratégia	282
Atendimento ao público: uma comunicação que acolhe e orienta.	283
E-mail: clareza, formalidade e simplicidade na prática	285

Assunto.	285
Corpo do e-mail.	286
Encerramento e assinatura.	287
Linguagem Simples em atos normativos.	288
Evite o uso de caixa alta.	291
Os "considerandos": tradição que não é mais necessária.	291
13 COMO DISSEMINAR A LINGUAGEM SIMPLES.	295
13.1. CRIAÇÃO DE NÚCLEO OU COMITÊ DE LINGUAGEM SIMPLES.	295
A experiência do TJRS.	295
Como implementar algo semelhante em outros contextos.	296
13.2. GUIAS E ORIENTAÇÕES INTERNAS.	297
13.3. OFICINAS DE LINGUAGEM SIMPLES.	298
Quem participa das oficinas no contexto do Poder Judiciário?	299
Oficinas presenciais: mais envolvimento, mais resultado.	300
Oficinas virtuais: praticidade com alguns desafios.	301
Como preparar as oficinas.	302
Etapas da oficina de Linguagem Simples.	305
Etapa 1: sensibilização.	305
Etapa 2: apresentação das orientações da Linguagem Simples.	306
Etapa 3: explicação das ferramentas de apoio.	307
Etapa 4: explicação da dinâmica de grupo.	308
Etapa 5: atividade prática.	309
Etapa 6: apresentação dos trabalhos.	310
Pesquisa de satisfação.	310
Certificação.	311
13.4. GRUPOS DE REESCRITA.	311
Quem deve fazer parte dos grupos de reescrita?	312
Como organizar um grupo de reescrita.	313
Formas de trabalhar a reescrita do texto.	314
Encerramento dos trabalhos.	315
13.5. POR ONDE COMEÇAR?	316

PARTE II

14 O MÉTODO IRAC: UMA ESTRUTURA CLARA PARA O RACIOCÍNIO JURÍDICO. 321

14.1. PASSO A PASSO PARA APLICAR O MÉTODO IRAC.	322
Passo 1 – Identifique a questão jurídica (Issue).	322
Passo 2 – Apresente a regra aplicável (Rule).	323

Passo 3 – Aplique a regra ao caso concreto [Application].	323
Passo 4 – Conclua de forma objetiva [Conclusion]	325
14.2. OUTROS EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DO MÉTODO IRAC.	326
14.3. EXEMPLO COMPLETO DE APLICAÇÃO DO MÉTODO IRAC	329
14.4. APLICAÇÃO EM TEXTOS COM MÚLTIPLAS QUESTÕES JURÍDICAS.	330
14.5. APLICAÇÃO EM QUESTÕES EXTREMAMENTE SIMPLES.	330
14.6. LIMITAÇÕES DO MÉTODO IRAC	332
14.7. ALTERNATIVAS AO MÉTODO IRAC.	333
14.8. CONCLUSÕES.	334

15 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. 335

15.1. RASCUNHOS, REVISÕES E ROBÔS: A IA COMO SUA NOVA FERRAMENTA DE ESCRITA.	335
15.2. O QUE A IA PODE FAZER POR VOCÊ	336
Gerar esboços de petições ou outras peças jurídicas	336
Revisar contratos e outros documentos	339
Redigir contratos	340
Reescrever trechos truncados	341
IA como revisora gramatical.	342
Ajustar o tom ao público.	343
Verificar pontos que podem ser rebatidos e ajustar o texto	344
15.3. CONCLUSÕES E ADVERTÊNCIAS SOBRE A IA	346
15.4. PODEMOS ABANDONAR OS MODELOS PRONTOS E USAR APENAS A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL?	347

16 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM IRAC. 349

16.1. CONSTRUINDO DO ZERO	350
16.2. SEM CRIAR DO ZERO.	351
16.3. E QUANDO O CASO É COMPLEXO?	353

17 PROPOSTAS. 355

17.1. FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E AVALIAÇÃO	355
17.2. REVISÃO DE MODELOS E TEXTOS JURÍDICOS	357
17.3. VALORIZAÇÃO E CULTURA INSTITUCIONAL	358
17.4. DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS.	359

CONCLUSÃO. 361

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 363